

# *Simpatias, inimizades e algumas confusões: D. João II no teatro de Lope de Vega*

MARIA IDALINA RESINA RODRIGUES

## DE JUAN, EL BRAVO, A PRÍNCIPE PERFECTO

No ano de 1624, o **Index Auctorum Danatae Memoriae**, não menos nefasto que qualquer outra lista expurgatória daqueles e de todos os tempos, e até talvez mais que a maioria delas no que com o teatro tem a ver, incluía na sua secção terceira (textos ou passos isolados) várias decisões censórias relativamente à obra de Lope de Vega <sup>1</sup>.

Sem menos consideração pelas outras vítimas, **La Arcadia** e **Pastores de Belén**, retenhamos, a par da imposição de vários cortes a duas *comedias*, **Lle gar en Ocasión** e **El Mármol de Felisardo**, a total interdição de **El Duque de Viseo**, escritos estes os três inseridos na **Parte VI de las Comedias** de Lope de Vega Carpio, publicada pela primeira vez, ao que parece, em Madrid, em 1615 <sup>2</sup>

Habituaado às motivações de uma *tesoura* que se apresentava como paladina da religião e dos bons costumes, mas que, de modo algum, esquecia o conforto político dos governantes, o leitor nem sequer estranha a proibição.

---

<sup>1</sup> O *Index Auctorum Danatae Memoriae* foi publicado em Lisboa, na Oficina de Pedro Craesbeeck, em 1624. A primeira secção é uma repetição do *Index* romano anterior; as duas restantes contêm proibições só para Portugal.

<sup>2</sup> Sobre a data de publicação da *Parte VI de las Comedias* podemos encontrar indicações contraditórias (1615, 1616, 1617); a verdade, porém, é que é possível consultar uma edição de 1615, Madrid, Viúda de A. Martin.

**El Duque de Viseu** é nem mais nem menos que a trágica e aliciante dramatização das querelas entre D. João II e a grande nobreza, saldadas entre 1483 e 1484 pela degolação do duque de Bragança (Guimaraens na peça, o que não está errado) e pelo assassinio, às mãos do próprio rei, de D. Diogo, seu primo e cunhado.

Colérico e déspota, inclinado a lisonjas e roído pela inveja, congeminador de maquiavélicas vinganças e capaz de matar à traição, o monarca é obedecido mas não amado, tem quem o sirva, mas não quem o admire.

Homens de uma só palavra e vassallos de um só senhor, os duques de Bragança e de Viseu morrem inocentes por sua determinação; o povo chora-os, sofrem os parentes e os amigos, caem na desolação os velhos e leais servidores, ameaçando castigo divino.

Bem podem, muito à maneira lopista de encarecer a dignidade da coroa, multiplicar-se, nas réplicas, os conselhos e as advertências sobre a inteireza da subordinação dos povos ao seu soberano, de acordo com uma postura que o dramaturgo raramente perde ocasião de reforçar. A verdade é que mais depressa nos sintonizamos com Viseu que com o Condestável, abalados ambos pela inexplicável aspereza de D. João, desde o início da obra, mas dificilmente coincidindo nos juízos que sobre ela formulam:

VISEO.—Sí; pero tanta frialdad,  
 conservada en tanta altura,  
 helará los corazones  
 y el amor de sus vasallos.  
 Bueno me parece honrallos  
 con obras y con razones.  
 COND.—No hablemos desto yo y vos,  
 y esta máxima se crea:  
 que cualquiera que el Rey sea,  
 al fin representa a Dios.  
 Y pues el de Portugal  
 es vuestro primo y cuñado,  
 vos merecéis ser honrado,  
 y él os hará honor igual <sup>3</sup>.

Não está em causa a discordância com as palavras autorizadas do primogénito dos Braganças; o que está em causa é a especial habilidade de Lope de Vega para com frequência nos abrir algumas saídas nas malhas dialécticas em

<sup>3</sup> Cito as obras de Lope pela edição de *Obras Escogidas. Estudio preliminar, biografía, bibliografía, notas y apéndices* de F. C. Sainz de Robles, tomo III, *Teatro*, 3.ª ed., Aguilar, Madrid, 1974. Os versos transcritos encontram-se na p. 1075.

que nos aperta: amor e sujeição *ao* rei, sempre; retraimento crítico perante as desmesuras de *um* rei, inevitável no contexto em que as coisas se processam, mesmo com certa minimização de uma culpabilidade para que aos poucos se vão encontrando atenuantes — a maldade de um ruim conselheiro, os azares de papéis trocados, a rivalidade amorosa, os escassos combates da consciência.

Nós, porém, de desculpas não vamos falar, porque por enquanto estamos a sofrer com as vítimas e não a psicologizar o carrasco.

A um rei de Portugal, é evidente, não devia fazer-se afronta semelhante. Se com ou sem razão, os historiadores que decidam, se forem capazes; em 1624, a Inquisição portuguesa estava obrigada a indignar-se, embora em tempos de Felípe IV que, aliás, nada tinha a lucrar com a animosidade de um reino que era também seu.

Composta antes de 1610, a *comedia* talvez tenha até sido objecto de sobressaltos de um lado e de outro da fronteira e nesses nem o próprio dramaturgo estava interessado <sup>4</sup>.

Seria, então, para serenar os ânimos que Lope praticamente se desdisse quando, ainda antes de 1614, escreveu e fez representar **El Príncipe Perfecto**, dado depois à estampa na **Parte XI de las Comedias**, em 1618 e, nesse ano ainda, consignado na segunda lista de **El Peregrino en su Patria**, como que para silenciar os prováveis incrédulos de tão contraditória paternidade? <sup>5</sup>

Seria para maior segurança que, pouco tempo decorrido, lhe acrescentou uma parte II, que não é uma continuação mas uma nova visita, prometendo ainda uma III? <sup>6</sup>

Pode ser e pode não ser.

Porque o pendor para variar, e para mais num homem tão inconstante nas paixões como o Fénix, sempre foi perdoado aos dramaturgos.

A verdade deles não é, nem tem de ser, a verdade objectiva dos factos ocorridos (se é que ela existe...), dos perfis cautelosamente fixados, das catalogações ou dos inventários. Não há por isso que pedir-lhes contas quando de si próprios parecem divergir, desinteressados da coerência e do ajustamento das propostas para que tão gostosamente nos cativam.

D. João II assume assim sem constrangimento, no novo texto, o perfil exaltante do monarca sábio e comedido, simultaneamente justiceiro e compadecido, defensor dos pobres e dos agravados, senhor e pai, marido e galã

<sup>4</sup> Sobre a data da composição do texto pode consultar-se o cuidado estudo de Elizabeth Avert Eason que antecede a edição de *El Duque de Viseo*, Albatros Ediciones, Valencia, 1969.

<sup>5</sup> *El Duque de Viseo* encontra-se efectivamente incluído na mesma lista.

<sup>6</sup> A parte II de *El Príncipe Perfecto* seria publicada na *Parte XVIII de las Comedias*, Madrid, 1623, embora tenha sido escrita antes.

por reconhecidos méritos que não pelo vício da sedução, apaziguador e perito na conciliação dos namorados.

É de aceitar que **El Príncipe Perfecto** tenha desfrutado de alguma popularidade em Portugal. A conjectura é tentadora e tem apoios, embora, no domínio do conhecimento do teatro espanhol entre nós, sobretudo nos séculos XVII e XVIII, haja muitas certezas generalizantes —nos nossos pátios de comédias actuavam regularmente companhias castelhanas— mas pouca informação sobre reportórios.

Há, por exemplo, quem admita que o cognome, que hoje ninguém se atreve a negar a D. João, seja da lavra inventiva de Lope de Vega.

Recapitulando o já alvitrado por outros, diremos apenas que até à publicação de 1618, a real alcunha ainda não tinha sido registada <sup>7</sup>.

As edições de 1545, 1554, 1596 e 1607 da **Crónica de D. João II**, de Garcia de Resende, de início incluída no **Livro das Obras**, e baseada, como se sabe, em papéis manuscritos deixados por Rui de Pina, não o referem. Só em 1622, no introito *Ao Leitor*, o responsável pela nova edição, António Álvares, nos faz sabedores de que o *título de Príncipe Perfecto (que podemos dizer que até o seu tempo esteue sem dono) elle o tem já adquirido, e feito seu, não só entre os portugueses... mas também entre as estrangeiras nações* <sup>8</sup>.

Governava, recordemo-lo, Felipe IV e António Álvares, patriota ou não, sabia a quem devia agradar. Se se dispusera a alterar versos da **Miscelânea** para saudar a harmonia peninsular, e tanto enfatizara o apreço dos Reis Católicos pelo monarca português, por que se não atreveria à impropriedade osmose entre o título de uma peça e o de um soberano tão resguardado pela memória colectiva nacional?

Com o dramaturgo ou sem ele, tudo leva a crer que com António Álvares, o certo é que a designação adquirira jus à existência, quando, em 1626, Cristóvão Ferreira e Sampaio publica em Madrid a **Vida y Hechos del Príncipe Perfecto**, por sinal com a autorização do Santo Ofício dada por um tal Lope de Vega Carpio que vai ao ponto de escrever que *al Príncipe Perfeto se devia de justicia perfecto coronista* <sup>9</sup>.

Mais ainda; interpretando informação um tanto confusa, não é pelo menos de afastar a possibilidade de a *comedia* ter sido representada por Alonso de Riquelme, director (autor, na terminologia de então) e actor de uma im-

<sup>7</sup> O assunto foi abordado por Alberto Martins de Calvalho, na nova edição, com prefácio e notas, da *Crónica de El Rei D. João II* de Rui de Pina, Atlântida, Coimbra, 1960.

<sup>8</sup> Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1973, p. x. As citações serão sempre feitas por esta edição (*Crónica e Miscelânea*).

<sup>9</sup> *Crónica* de Rui de Pina, p. 273.

portante companhia *de título*, logo razoavelmente prestigiada e apetrechada para deslocações frequentes às grandes cidades como Lisboa; e, aqui, ousamos pensar, um comediante de gabarito dificilmente se furtaria à gentileza de oferecer ao público português uma ou outra peça de recorte histórico nacional. A atitude não seria sequer inédita <sup>10</sup>.

Para mais, os méritos da família Riquelme não deixavam indiferentes os nossos antepassados de seiscentos; tanto assim era que uma filha de Alonso, a virtuosa Maria, encontrando-se em cena em Dezembro de 1640, pôde, sem incómodos de maior, prolongar a sua actuação <sup>11</sup>.

Da **Parte XI de las Comedias** de Lope, existem, aliás, vários exemplares de 1<sup>as</sup> edições em bibliotecas portuguesas, o que, sabedores embora do analfabetismo reinante, não deixará por ventura de ser destituído de significado, tanto mais para apreciar quanto o mesmo tomo contém também uma **Tragedia del Rey don Sebastián, y Bautismo del Príncipe de Marruecos**.

No entanto, e a verdade é para ser proclamada, mais frequente ainda é a **Parte VI**, a tal que o **Index** dos *danados* interditava. Fruto proibido...

De resto, em Espanha, e com isto nos quedamos quanto a adivinhadas mas não documentadas provas de divulgação, **El Duque de Viseo** pode até, passada a época de desencorajar portugueses melindres, ter sido êxito de bilheteira. Tanto ataque por parte dos teóricos neo-clássicos faz desconfiar de reincidências; eles, que queriam a todo o custo que o vulgo os acompanhasse no respeito aos preceitos, tinham o *generoso* hábito de alvejar sem clemência justamente aquilo que o vulgo mais apreciava <sup>12</sup>.

Estariam assim à vontade os representantes quando, engrossando um *coro de maus presságios*, recitavam:

—Don Juan, Rey de Portugal,  
ese que llaman el Bravo,  
quejoso vive en Lisboa  
de sus deudos y vasallos.  
Con su fuerte condición  
piensa que quieren matarlo  
los portugueses famosos,  
cuatro inocentes hermanos.  
Al Condestable destierra,  
también al conde de Faro,  
y a don Álvaro, el menor;  
que la envidia puede tanto <sup>13</sup>.

<sup>10</sup> Está em curso um estudo aprofundado destas representações pelas Professoras Mercedes de los Reyes e Piedad Bolaños Donoso, da Universidade de Sevilha.

<sup>11</sup> Gustavo de Matos Sequeira, *Teatro de Outros Tempos*, Olisiponense, Lisboa, 1923.

<sup>12</sup> Indicação de Elizabeth Auvert Eason no trabalho citado.

<sup>13</sup> *El Duque*, p. 1103.

Por estas bandas, quem sabe, outras vozes e outros prognósticos se fariam escutar:

—Él es hombre que en Castilla  
le tienen por maravilla  
del mundo: un Hércules es.  
En la batalla de Toro  
fue divino su valor...  
En fin, salió vencedor.  
En África tiembla el moro  
desde que le vio en Arcila  
acometer la muralla <sup>14</sup>.

## GRAN CABALLERO ES VISEO

Sobre D. João II sempre se dispersaram e contrariaram, matizaram ou fugazmente se entrecruzaram os cuidados escritos dos historiadores, os versos meditados dos poetas, os lances engenhosos dos dramaturgos.

Sobre ele, sobre as Índias, as orientais e as ocidentais, sobre os duques de Bragança e de Viseu, sobre a rainha D. Leonor, sua mulher.

Daí também o desconstrangimento de Lope, ou de qualquer outro engenho das letras e das artes, em rumar ao sabor de ventos contrários: os mares estavam sulcados, os lemes em boas mãos, as mentes afeitas à sedução da diversidade.

A propósito de **El Duque de Viseo**, algo se tem escrito sobre romances e lendas que corriam, sobre ligações amistosas com a Casa de Bragança, sobre uma colagem a Faria e Sousa <sup>15</sup>.

É certo que Lope de Vega e o erudito português se estimavam e entendiam, não raro comungando de um mesmo ideal estético e político; é certo que, tanto no **Epítome de las Historias Portuguesas** como na **Europa Portuguesa**, manifesta o nosso escritor uma mal contida antipatia por D. João e uma especial ternura pelos nobres martirizados <sup>16</sup>.

A verdade, porém, é que o seu ponto de vista é mais de destrinça de responsabilidades que de absolvição total de culpas. Por um lado, empenha-se na defesa do Duque de Bragança, por outro, não parece acreditar na ino-

<sup>14</sup> *El Príncipe*, p. 1113.

<sup>15</sup> Edward Glasser, *El Lusitanismo de Lope de Vega*, BRAE, tomo XXXIV, 1954.

<sup>16</sup> O *Epítome de las Historias Portuguesas* foi publicado em 1628, Francisco Martín, Madrid; a *Europa Portuguesa* apareceu postumamente (1676-1680), António Craesbeeck, Lisboa. O facto de estas publicações serem posteriores à *comedia* não impedia que os autores, grandes amigos, pudessem ter trocado impressões sobre tão escaldante matéria.

cência do Duque de Viseu. Ao rei, nem perdoa a leviandade da imerecida punição do primeiro nem o desonroso papel de verdugo em causa própria.

Para Lope de Vega, diferentemente, D. Diogo é o grande e injusto alvo do rancor do soberano; a ele nenhuma falta pode ser imputada; tão grande é a sua lealdade que prefere entregar-se a fugir, tão limpa a sua consciência que insiste em ignorar a malquerença real até ao fim.

Por seu turno, o panegírico à mais importante família fidalga portuguesa em pouco ou nada se distingue de outros a outras igualmente importantes famílias nobres das Espanhas. Em poema publicado em 1621, o escritor deixa-se embalar pelo requinte bucólico de uma afamada propriedade de D. Teodósio, onde, aliás, pode nunca ter estado; compõe então uma **Descripción de la Tapada** que ficou célebre pelo apropriado enlace entre o real e o mitológico, o rústico e o delicadamente culto <sup>17</sup>.

Complementarmente, na peça **El Más Galán Portugués, Duque de Verganza**, publicada na **Parte VIII de las Comedias** (1617) mas escrita por volta de 1610, o protagonista é D. Jaime, o impetuoso e ciumento filho daquele D. Fernando condenado à morte por D. João II. De namorados aguerridos e aventureiros, porém, nos contou o dramaturgo muitas outras façanhas, tantas que estas ficam a perder de vista.

No que respeita aos dois **Romances del Duque de Guimaran**s, porém, já os traços de família com a obra de Lope merecem um olhar mais atento.

Foram recolhidos tanto no **Romancero General** de Agustín Durán, como no **Romanceiro Geral Português** de Teófilo Braga, com a indicação de fontes escritas: para um, o **Livro de los Cuarenta Cantos** de Alonso de Fuentes (Alcalá, 1587), para outro, o **Cancionero de Romances** (Antuérpia, s. d., mas seguramente do século XVI) <sup>18</sup>.

O segundo, se foi conhecido, não parece ter tocado particularmente o nosso autor: as queixas amarguradas de uma duquesa de Bragança não têm qualquer ressonância num texto em que o duque é tão descomprometido que o próprio rei lhe quer impôr uma noiva a contragosto.

Quanto ao outro é inegável a comunhão de pontos de vista: o desagrado dos grandes de Portugal, a morte e o desterro dos Braganças, a trama de uma falsa conjura por parte de D. Diogo, a ingenuidade deste, o apunhalamento acompanhado do repúdio de traição e sintomaticamente a pergunta malévola à rainha sobre o que faria ela no caso de ser sabedora de algum atentado contra a vida do marido.

<sup>17</sup> Ver artigo de Edward Glasser.

<sup>18</sup> Agustín Durán, *Romancero General*, tomo II, BAE, Madrid, 1861 e Teófilo Braga, *Romanceiro Geral Português*, volume III, Vega, Lisboa, s. d. (nova edição).

## Comparemos fragmentos:

—A quien quisiese matarme  
Y alzarse con mi Estado,  
¿Que os parece que merece  
En pago de su pecado?—

La Reina le respondió:

»El que tal caso ha pensado  
Muy cruel muerte merece  
Como traidor y malvado.»

Dijo El Rey: —Tened paciencia,  
Que así he hecho a vuestro hermano.

REY.—Si algún hombre, Catalina,  
tuviera intento y deseo  
de querer matar al Rey  
para alzarse con su reino,  
¿qué mereciera?

REINA.— La muerte.

REY.—Pues con eso libre quedo  
de haber muerto a vuestro hermano <sup>19</sup>.

## TE LLAMA PERFECTO EL MUNDO

Seja agora a vez de um trato mais directo com **El Príncipe Perfecto**.

Ponto de partida, uma *biografia* do rei, feita por um português que com ele privou, Garcia de Resende; ponto de chegada, uma *comedia* da pena de um espanhol, Lope de Vega, que gostava de História, mas sabia esgueirar-se das suas todopoderosas impertinências.

A transformação do discurso é a que esperamos: narração e descrição dão passagem a animadas cenas de diálogo, atribulações, prazeres e contrariedades; os atributos exercitam-se, não se arrolam; os sentimentos desabrocham e crescem, as palavras dispensam medianeiros.

É assim que tudo se passa num flexível arranjo de uma intriga que se organiza por sucacos: D. João é protagonista do seu próprio viver e actuar, preenchendo esquemas que a si próprio concernem, sem deixarem de importar aos outros; jovens, que se amam ou separam, atraem o olhar afectuoso do espectador/leitor que pode até ser levado a privilegiar o emaranhado das situações que os relacionam; recheiam o filão dramático historietas de proveito e exemplo, a jeito de unidades autónomas que vêm encaixar-se na(s) trama(s) argumentais de suporte.

Dos amores nada vamos dizer, ao menos para já, porque têm matriz conhecida e comum; acabam bem, após alguns incidentes de percurso.

Sobre os contos exemplares, no entanto, reuniremos algumas palavras, com a mágoa de mais não poder adiantar <sup>20</sup>.

<sup>19</sup> *Romanceiro*, p. 268; *El Duque*, p. 1107.

<sup>20</sup> Merece a pena investigar o material folclórico aproveitado por Lope; a ligação forçada do discreto à besta (p. 1174), por exemplo, faz pensar no par do filósofo com o parvo que aparece na *Floresta de Enganos* de Gil Vicente.



A tradição do rei sábio e amigo de ouvir e de fazer justiça vem de longe: há Salomão, há S. Luís, rei de França, há D. Pedro I de Castela, há, pelos vistos, D. João II de Portugal.

Garcia de Resende foi o grande pregoeiro da sua ciência jurídica e Lope de Vega soube escutá-lo; na parte I de **El Príncipe Perfecto**, quase todos os apólogos teatralizados têm raiz portuguesa.

Documentemos, com um evidente testemunho de fidelidade à fonte lusitana, esta colagem lopesca à Crónica quinhentista:

Veyo hum homem a pedir hum officio que vagara a el Rey, a que disse que o tinha dado, e o homem lhe beijou a mão. El Rey ficou enleado, e disselhe: Vos entendestesme: respondeo: Senhor si. Disselhe el Rey: Que he o que vos disse: e o homem tornou: Disseme vossa Alteza, que ja o tinha dado. Disse el Rey: Pois porque me beijastes a mão: e elle lhe disse: Porque me podera vossa Alteza remeter a hum official, que me trouxera aqui hum mes apos si, em que gastara vinte cruzados que aqui trago, e por estes beijey a mão a vossa Alteza, porque delles me fez merce em me logo despachar, e el Rey lhe tornou: Ora por isso vos faço merce do officio, e eu darei outra cousa a quem o tinha dado, e lhe fez delle merce.

VIEJO.—La merced que este papel dice, os pido.

REY.— Ya la he dado.

VIEJO.—Ciña tu frente el sagrado y victorioso laurel; véaste señor del mundo, que es corto nuestro hemisfero; seas en dicha el primero como en el nombre el segundo. Llegue al Japón tu corona.

REY.—¿Habéisme bien entendido?

VIEJO.—Sí, señor; que lo que pido habéis dado a otra persona.

REY.—Pues ¿por qué me agradecéis lo que ha sido en vuestro daño?

VIEJO.—Porque en este desengaño notable merced me hacéis; que si yo aquí me estuviera, a mi casilla faltara, mi hacienda en vano gastara, y tiempo y pasos perdiera. Con esto, luego me irá.

REY.—Iréis mejor despachado; no del officio que he dado, que otro mejor os dará; porque quien mercedes quiere los desengaños hacer,

mejor sabrá agradecer  
 las mercedes que le hiciere.  
 Alcalde sois del lugar  
 donde pedís regidor <sup>21</sup>.

Mais douto e expansivo, o velho, que representa, glorifica o monarca com a segurança dos seus vaticínios; não por exercício de estilo, mas porque eles importavam particularmente a quem queria fazer do rei português o grande protagonista das descobertas.

Na parte II, porém, o dramaturgo ganha novo fôlego, recompõe, por entre muitas outras, as notícias do cronista, recolhe materiais de diversas proveniências e inventa casos de muito espanto e não menos sageza régia.

Da Idade Média espanhola, por exemplo, vinha a lenda do sapateiro e do rei, protagonizada por D. Pedro em Sevilha.

Ao reclamar o pagamento de uma tarefa cumprida, um sapateiro foi insultado pelo clérigo caloteiro que lhe recusava a quantia devida ao conserto feito. Queixou-se ao bispo e este, bonacheironamente, menosprezou a pena: durante um ano, o sacerdote não poderia sentar-se no coro da catedral. Impaciente, o sapateiro resolveu fazer justiça por conta própria e espancou o mau pagador, pelo que foi condenado à forca. Valeu-lhe a mulher que tudo revelou a D. Pedro. Rapidamente, este corrigiu o castigo: o sapateiro não poderia exercer o ofício durante um ano.

Em **Audiencias del Rey D. Pedro**, Lope retoca a versão tradicional: desta vez, o padre rouba a mulher ao sapateiro que o mata ao saber da condenação episcopal: seis meses sem dizer missa; aflito, recorre ao rei que sentencia: seis meses sem coser sapatos.

Em **El Príncipe Perfecto**, a cosmética vai ainda mais longe, mas a matriz consolida-se: um oficial do mesmo ofício mata um governador porque este, tendo assassinado o seu pai, apenas fora condenado a não governar pelo período de dois anos; o monarca acode naturalmente ao encarcerado em desespero:

REY.—¿Dos años le suspendió  
 del oficio?  
 LOPE.— Así se prueba.  
 REY.—¿Qué oficio tienes?  
 FER.— Señor,  
 zapatero de obra gruesa.  
 REY.—Pues yo mando que en dos años  
 coser zapatos no puedas,  
 y te suspendo de oficio <sup>22</sup>.

<sup>21</sup> *Crónica*, pp. 141-142; *El Príncipe*, pp. 1125-1126.

<sup>22</sup> *El Príncipe*, p. 1173.

Repetimos: lições de Resende, muitas, lições da tradição, algumas, lições sem mestre também, de vez em quando.

Uma destas é, por certo, a do engenhoso letrado que simultaneamente afirma e nega a perfeição do soberano:

–El mismo nombre *perfecto*  
dentro en sus letras encierra  
lo que ha de tener un Rey  
para que *perfecto* sea.  
Vos tenéis las siete partes  
que piden las siete letras;  
pero ha sido imperfección  
el faltaros la postrera.  
Por la *P* sois propio, en fin,  
sois portugués, sangre nuestra.  
Por la *E* sois entendido,  
y mucho, en todas materias.  
Por la *R* sois resuelto,  
y por la *F* a la Iglesia  
fiel en las obras y fe,  
y fuerte en el defenderla.  
Vos sois por la *E* segunda  
estudioso, honráis las letras;  
por la *C*, compuesto y grave,  
como es bien que un Rey lo sea.  
Por la *T* temido sois;  
la *O*, que es letra postrera  
y olvidado decir quiere,  
os falta y queda imperfecta <sup>23</sup>.

Consequências da inofensiva manha, para que não restem dúvidas: comovido, o rei deu ao versejador agasalho e pousada.

Dissemos das histórias, diremos da História, com o jogo do gato e do rato pelo meio.

Porque os estratagemas são muitos, embora os objectivos se aparentem.

Poderíamos trilhar caminhos tão pertinentes como o das margens das balizas cronológicas, o da selecção e aprimoramento de predicados, o da expansão compulsiva de troços narrativos, o do refazer do xadrez das situações.

Vamos, porém, privilegiar as reviravoltas cronológicas e as omissões de menor inocência.

Alinhemos umas quantas, deixando para reflexão a cópia de referências avulsas a gentes, bens, usos e costumes que do Oriente vinham.

<sup>23</sup> *El Príncipe*, p. 1174.

Marido casto de uma mulher que o adora (na obra, obviamente), D. João cedo disse adeus aos devaneios de solteiro; D. Ana de Mendonça era apenas uma recordação; assim o afirma ele e o repete Clara, uma das protagonistas da parte I da obra, em diálogos que a lógica interna da intriga mandaria situar entre 1472, ano do casamento com D. Leonor, e 1477, ano da abdicação de D. Afonso V:

—No te espante,  
 Esperanza, mi alabanza,  
 que el Príncipe la merece:  
 pero es necio el que apetece  
 lo que aún la vista no alcanza.  
 Desde que el Príncipe amó  
 a doña Ana de Mendoza,  
 de cuyos amores goza  
 tal fruto como le dio,  
 no se sabe que haya amado  
 más que a su esposa, a quien tiene  
 justo amor <sup>24</sup>.

O pior é que esta D. Ana, aia de D. Joana, a Beltraneja (muito conhecida pela *excelente senhora*), historicamente falando, encantou o futuro rei, exactamente aquando da batalha do Toro (1476) e ainda lhe deu um filho em 1481, o bastardo D. Jorge, que o monarca tanto desejou ver reconhecido.

Mais modesto foi o cronista português que se ficou pela repetição de ditos alheios, segundo os quais, após a subida definitiva ao trono (1481), o monarca não mais *conhecera outra mulher senão a sua* <sup>25</sup>.

Nesta esforçada militância em prol do amor honesto, fiel a juramentos prestados ou a intocáveis interesses dinásticos, vai, aliás, Lope de Vega razoavelmente longe; tão longe que, e sempre dando ocasião a perfeitas decisões do Príncipe Perfeito, quase (?) desdobra em dois o casamento de D. Afonso com a Infanta de Castela.

No texto de 1618, vem na comitiva da princesa a nobre espanhola de quem D. João de Sousa, amigo e confidente do rei, por pouco não fazia uma despeitada celibatária; na parte II da *comedia*, a entrada da mesma princesa em Portugal é o momento certo para que o príncipe renuncie à paixão insensata pela noiva do filho do mesmo D. João de Sousa, seu companheiro de estudos e prazeres, como outrora este o havia sido de seu pai <sup>26</sup>.

<sup>24</sup> *El Príncipe*, pp. 1113-1114.

<sup>25</sup> *Crónica*, p. xxxi.

<sup>26</sup> *El Príncipe*, p. 1144 e 1172 e ss.

Males ambos sensatamente curados pelo mesmo monarca que ora remedeia a leviandade de um amigo de sempre, ora retira a Afonso a oportunidade de atraí-lo ao seu, simultaneamente o brindando, por sinal, com uma formosa, rica e virtuosa herdeira das Espanhas.

Podem ainda os investigadores de incorrecções incomodar-se com o empenho de D. João II na fundação da Misericórdia, que, só em 1498, D. Leonor, já viúva, viria a incrementar; fusão ou confusão com o Hospital Real de Todos-os-Santos, em cujos alicerces, no ano de 1492, diz o cronista, el-rei por sua mão *lançou muytas moedas douro* <sup>27</sup>.

Ao leitor comum bastam, no entanto, para um sorriso cúmplice a apresentação de Benoi, rei do belofo, e... o regresso de Vasco da Gama, depois de descoberto o caminho marítimo para a Índia. <sup>28</sup>

Sobretudo este último, porque o monarca africano esteve mesmo em Lisboa e, da ladaíinha das suas queixas, louvores, baptismo e morte, não faltam relatos. Só que, enquanto Garcia de Resende, por exemplo, sublinha a sua compostura de grande chefe negro, Lope de Vega, sem lhe modificar a côr (branco apenas metaforicamente, após as águas sacramentais), engalana-o com traje de *índio e plumas* à roda da cabeça.

Lembranças antecipadas da América ou impulso de homem de teatro que antevê o impacto espectacular da figura? Tanto mais que lhe avoluma o cortejo de presentes com um belíssimo elefante e para cima de uma dúzia de cavalos <sup>29</sup>.

Curioso, o reparo interessado na presença do elefante; o oferecido pelo chefe negro dá nas vistas pelo seu porte esbelto e pelas *mil habilidades* com que entretém os passeantes; anos mais tarde, numa das habituais audiências, o rei ouvirá da boca de um letrado em apuros a alusão a elefantes trazidos pelo Gama, de entre os quais talvez algum, exagera o intelectual com a imodéstia que o momento exigia (estava em vias de séria condenação), ele pudesse ensinar a falar português. <sup>30</sup>

É provável que o truque dramático lopesco tenha o seu suporte; como se sabe, um pachorrento paquiderme viria a merecer honras muito especiais entre os significativos presentes que D. Manuel fez integrar na embaixada de 1514 a Leão X, liderada por Tristão da Cunha e secretariada pelo

<sup>27</sup> *Crónica*, p. 209 e *El Príncipe*, p. 1134.

<sup>28</sup> Garcia de Resende fala de Bemobi, soberano do reino do Jelofu, na Guiné (pp. 112 e ss.).

<sup>29</sup> *El Príncipe*, pp. 1124-1125.

<sup>30</sup> *El Príncipe*, p. 1174.

nosso já conhecido Garcia de Resende que, aliás, na **Miscelânea**, não se furta a comentar os dotes de um elefante eloquente.<sup>31</sup>

Atropelo maior nos espera, porém, quando se dá por realizada a viagem do Gama, mesmo antes da morte do príncipe D. Afonso (1491).

D. João desafia o herdeiro para ambos irem a Belém saudar o corajoso Almirante e fazer cortesia às naus. Já, porém, antes deste diálogo, um criado, entendido em boas novas, procurara entusiasmar o amo com os tiros e o fogo que, na praia, celebravam o regresso dos *tres navichuelos* e dos marinheiros que um dia tinham largado de Lisboa, decididos *a buscar un mundo nuevo*<sup>32</sup>.

A réplica fora até pretexto para um longo percurso pelas descobertas e conquistas dos portugueses, a partir do reino do Manicongo, com passagem pela costa oriental da África e desembarque em Calecut.

Registada a oportuna troca de datas e de tempos, prossigamos com os tais silêncios que dão que pensar.

Há vários em **El Príncipe Perfecto** (I e II).

Respondamos, no entanto, desde já pelas boas intenções do dramaturgo, sempre as mesmas, de resto: colorir um retrato de rei ligado aos seus e respeitador de todos, de boa e apreciada vizinhança.

Questões com a Igreja não eram de aconselhar; se D. João II as teve e Garcia de Resende as transcreveu o mais honestamente que pôde, Lope não estava obrigado a recapitulá-las. Por isso, nem a prudente conversação com D. Jorge da Costa, cardeal muito dado a abusos e acumulação de honrarias, passa para a *comedia*.

*As palauras ásperas, e feas* ao bispo *mal ensinado, desagradecido e de má condição*<sup>33</sup>, economizou-as o dramaturgo que, em troca delas, nos dá muitas outras de reverente obediência de D. João para com o alto clero da sua corte; alto clero que, aliás, sintomaticamente remete para o campo dos seus aliados, ao referenciar, com protectora palidez, o fatal confronto com os duques de Bragança e de Viseu, e ao sublinhar a inquebrantável fé e o muito apego à prática religiosa daquele rei que, antes de mais, sabia educar o filho exactamente como Deus manda:

—Alfonso,  
aquí las lecciones paran.  
Nunca, aunque grandes negocios  
os ocupen, antes salga  
que vos quien ha de decirla;

<sup>31</sup> *Miscelânea*, p. 346.

<sup>32</sup> *El Príncipe*, p. 1170.

<sup>33</sup> *Crónica*, p. 23.

y si la salud no os falta,  
no oigáis en la cama misa;  
que no es cortesía cristiana  
que baje del cielo Dios  
y le esperéis en la cama.  
Venid <sup>34</sup>.

Mas as mais gritantes lacunas, com algumas intromissões pelo meio, situam-se na área das relações com Castela.

O apartado tem síntese facil: de desentendimentos nada (ou quase nada), de compreensão e solidariedade tudo (ou quase tudo).

Era assim, de resto, que as coisas quase sempre se passavam quando os dramaturgos do *Siglo de Oro* se adentravam em matéria portuguesa.

Sem prescindirem de uma particular incidência em figuras emblemáticas, paradigmas de honra e ousadia, como o Infante Santo ou D. Sebastião, mostram-se grandes defensores do igual estatuto de fidalguia para portugueses e espanhóis, par a par nas batalhas, na galanteria, no desprezo da vida mundana.

Por isso, não estranhamos que, em **El Príncipe Perfecto**, seja o próprio rei lusitano quem amistosamente previne Cristóvão Colombo do risco de permanecer em Portugal, onde alguns vilões de mau perder se não incomodavam em dar-lhe morte:

COLÓN.—No quise, gran señor, pasar sin verte  
REY.—¡Colón, amigo!  
COLÓN.— El nombre que me pones  
fuera con más razón si tú aceptaras  
la empresa destas bárbaras regiones.  
Yo llevo al Rey Fernando cosas raras:  
oro, indios, aves, plata y, sobre todo,  
de imperios grandes esperanzas claras.  
REY.—Dios lo guardaba al castellano godo:  
él lo goce, Colón; mas oye aparte.  
COLÓN.—Ya de servirte es imposible el modo.  
REY.—(Aparte, a Colón.)  
Oye, que en Portugal quieren matarte.  
Vete, y gocen los Reyes de Castilla  
este mundo que halló tu ingenio y arte <sup>35</sup>.

De igual modo estamos preparados para aceitar que o genovês *perca* o génio irritadiço que, com outra mira, Garcia de Resende não quis calar, ta-

<sup>34</sup> *El Príncipe*, p. 1149.

<sup>35</sup> *El Príncipe*, p. 1140.

chando-o de *aleuantado*, e no modo do contar das cousas fazia isto em ouro, e prata, e riquezas muyto mayor do que era <sup>36</sup>.

No entanto, o mais importante mesmo é que, com os Reis Católicos, nem embates, nem contrariedades, nem secretismos, nem competições: quem em Lope tenha a ingenuidade de se fiar pasmará de tranquilidade perante o painel idílico daqueles monarcas sempre em consonância e mútuo elogio.

Se para Toro há uma rápida chamada de atenção, ela vem de mulher apaixonada, que muito fala e pouco explica, pelo que quem lê ou vê esta agradável peça, se está na santa ignorância do que isso foi, na santa ignorância permanecerá <sup>37</sup>.

D. Afonso V, aliás, resolvera fazer-se peregrino a Jerusalém por razões que nos são *carinhosamente* ocultadas, uma vez que nem de lutas com Castela pelos direitos da Beltraneja (e dos seus, evidentemente, porque com ela casando poderia herdar o trono da Espanha), nem dos pedidos de socorro ao rei de França somos postos ao corrente.

Não há, durante a regência de D. João, escaramuças, tensões ou armadilhas que incomodem os pacatos moradores dos dois lados da fronteira; o capítulo XVI da *Crónica*, com a sua desagradável relação de investidas e recuos é pura e simplesmente desconhecido.

Se a conjura dos fidalgos de Bragança e de Viseu é desviada para a sombra, porque meter nela, ainda por cima, gente de Espanha? Para quê o vai-vém de mensageiros, o rodopio de boas e más novas, os compromissos envenenados com que Resende *masoquistamente* se entretém em tantos passos da sua narrativa?

E para quê questúnculas como partilhas de soberania, ambições comuns, mal estar antes de Tordesilhas, cujo Tratado ao longe se avista? <sup>38</sup>.

Restam então a boa paz e a muita harmonia, manifestadas no desejo do conhecimento presencial: Fernando e Isabel dão sinais de visita a Lisboa, João II parece disposto a uma caminhada até Sevilha <sup>39</sup>.

Rasgos de afecto, estes, que vinham de longe, pelo menos por parte dos Reis Católicos. Quando, talvez em 1488 (segundo opinião do cronista que Lope desenvoltamente desrespeita), um enviado do monarca português vai concertar a Castela o casamento do herdeiro, o régio casal é inexcedível na ânsia de apuramento das prendas de tão afamado soberano.

Para eles fará pois João de Sousa um pormenorizado retrato físico e moral do Príncipe Perfeito, onde vemos reaparecer, poeticamente dramatiza-

<sup>36</sup> *Crónica*, p. 241.

<sup>37</sup> *El Príncipe*, p. 1113.

<sup>38</sup> *El Príncipe*, p. 1135.

<sup>39</sup> *El Príncipe*, p. 1139.



dos, os principais traços reunidos nas páginas introdutórias da **Crónica**: a estatura mediana e airosa, o porte grave e severo (veias de sangue no olhar...) de um homem afável e dado a folguedos, a constância na justiça e na piedade (*es justicero y piadoso/y piadoso justicero*) a destreza nas armas e nas letras, o amigo do seu amigo, o senhor de tantos vassallos, o vassallo indomável de Deus.

Bem pressentira Isabel de Espanha tantos adornos, ao reconhecer corajosamente a superioridade do rei português sobre o próprio marido:

—Cuando Fernando tuviera  
el mayor lustre del mundo,  
vuestro Rey le escureciera,  
y a su valor sin segundo  
la fama el laurel le diera;  
que aunque es verdad que ha perdido  
a su padre Portugal,  
y Alfonso segundo ha sido  
hasta el mar occidental  
por sus hazañas temido,  
con el gran don Juan le queda  
tan soberano señor  
que no hay valor que le exceda.  
JUAN.—Pagar tan alto favor  
no hay satisfacción que pueda <sup>40</sup>.

Que, porém, a gentileza de Lope de Vega não seja totalmente julgada como golpe de teatro; exagero de espanhol agradado de Portugal, poderá haver, mas foi o muito português cronista quem nos legou a confissão de Fernando de Aragão sobre as virtudes guerreiras do príncipe em Toro e a de Isabel sobre o desejo de ter *filhos como elle he* <sup>41</sup>.

\* \* \*

Nos **Poemas Ibéricos**, o ibérico Miguel Torga parece conhecer o segredo da controvérsia em torno de D. João II.

Como só os poetas sabem dizer, assim diz ele:

Pensei, lutei, matei —fiz quanto pude,  
Mas em vão.  
A quem Deus não ajude,  
Tudo são Índias de desilusão <sup>42</sup>.

<sup>40</sup> *El Príncipe*, p. 1121.

<sup>41</sup> *Crónica*, p. 219.

<sup>42</sup> Poema «O Príncipe Perfeito».

Ajudados por Deus e pela nossa vontade de prosseguir a caminhada, portugueses e espanhóis esquecemos de bom grado as nossas índias da desilusão; se, nos tempos de Tordesilhas, separámos o mundo em dois pedaços, hoje bem podemos unir os nossos pedacinhos europeus aos grandes pedaços americanos e africanos e com eles dar força a uma amizade que não cabe no mundo.

É a melhor maneira de celebrar um Tratado que tem quinhentos anos.